

PRÁTICAS EDUCATIVAS QUE FAVORECERAM A INCLUSÃO DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Ana Lidia Penteado Urban¹
analidiapur@gmail.com
Luci Pastor Manzoli²
ozilum@fclar.unesp.br

126

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem aumentado significativamente, os documentos legais têm apontado para o acesso e adaptações necessárias durante o processo de permanência nas Instituições de Ensino Superior (IES). O presente artigo tem por objetivo apresentar as práticas educativas direcionadas aos universitários com deficiência, segundo o depoimento desses alunos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho quantitativo e qualitativo, tendo como objeto de estudo 28 produções científicas. As teses e dissertações estudadas apresentaram dentre as ações: Maior tempo para entrega de trabalhos; trabalhos e avaliações realizadas com adaptações, flexibilização na correção das avaliações escritas, valorizando o conteúdo; adaptações metodológicas e didáticas durante as aulas; Trabalhos ou atividades que podem ser levados e realizados em casa disponibilização antecipada de material e textos em material digital. Essas ações e práticas dos professores permitiram condições de acesso ao conteúdo e permanência nas IES para alunos com deficiência.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Inclusão; Práticas educativas.

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro, bem como, as políticas e documentos oficiais, têm garantido a educação inclusiva que busca promover a participação efetiva das pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1996a; BRASIL, 2001; BRASIL, 2008; BRASIL, 2011; BRASIL, 2015).

Neste sentido, os documentos oficiais como o aviso curricular Nº 277/MEC/GM, de 08 de maio de 1996, trazem sugestões e orientações aos reitores a respeito do acesso às instituições de ensino superior a pessoas com deficiência, para a viabilização do acesso e da permanência desses alunos, tendo em vista que “A prática vem demonstrando que as operacionalizações das estratégias já utilizadas necessitam de ajustes para que possam atender a todas as necessidades educativas apresentadas por esse alunado” (BRASIL, 1996b, p. 1).

¹Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

²Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

O Decreto N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definindo a educação especial como uma modalidade transversal dos diferentes níveis de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial no ensino regular. Em seu Artigo 1º, há um conjunto de orientações que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência. O Artigo 27º estabelece que:

As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência (BRASIL, 1999).

127

A Portaria N° 3.284, de 7 de novembro de 2003, dispõe sobre requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência, para autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. Aponta a necessidade de condições para o acesso ao ensino superior, tanto de mobilidade e utilização de equipamento, quanto de instalações físicas das IES (BRASIL, 2003).

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, aponta diretrizes para a educação especial no ensino superior e que essa se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008).

A Lei da pessoa com deficiência, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Destaca-se o Capítulo IV sobre o direito à educação que, em seu artigo 40º, dispõe:

É direito fundamental da pessoa com deficiência a educação, a fim de garantir que a mesma atinja e mantenha o nível adequado de aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 9).

Essas publicações nortearam o processo inclusivo das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro, tecendo mudanças, e asseguraram o acesso e a permanência desses alunos na rede regular de ensino, oferecendo assim acesso aos níveis mais elevados de

ensino. Através de documentos oficiais que procuram garantir que as práticas pedagógicas que atendem às especificidades de cada aluno sejam realizadas desde a educação básica até o ensino superior.

Para Costas (2014), a acessibilidade é um caminho para a inclusão do aluno com deficiência no contexto do ensino superior e deve estar relacionada às políticas inclusivas das estruturas administrativas, refletindo em uma atitude de luta contra a exclusão. Essa não se refere às condições de acesso dos alunos com deficiência à educação superior, mas faz menção à necessidade da universidade em atender aos requisitos específicos que tais alunos necessitam para sua formação.

Assim, essa pesquisa visou mapear teses e dissertações em bases de dados cientificamente comprovadas como fontes fidedignas de pesquisas, procurando captar a tônica dos trabalhos já realizados no período de 2005 a 2016 sobre o processo inclusivo e práticas educativas no ensino superior que favoreceram a permanência de alunos com deficiência.

2 DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa é de caráter bibliográfico, que segundo Salvador (1986) utiliza de fontes escritas, analisando e discutindo informações já publicadas para que se busquem elementos sobre o problema de pesquisa, permitindo compreender a temática e as questões que estão imersas. Para Chizzotti (1995), esse tipo de pesquisa é fonte de evidência para um melhor entendimento do caso, possibilitando a confiabilidade de achados de dados e resultados.

A análise dos dados é de cunho qualitativo, que de acordo com Goldenberg (1988, p.49), “ênfatisam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado”. Ainda segundo o autor, leva o pesquisador à “flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los (p.53).

Para a coleta dos dados foram pesquisados dois ambientes virtuais: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: Pessoa com deficiência no Ensino Superior; Educação Especial e Ensino Superior e Inclusão e Ensino Superior; Público-alvo da Educação Especial e Ensino Superior.

Assim, inicialmente a seleção foi feita por meio da leitura dos resumos das Teses e Dissertações, e posteriormente na íntegra tomando como recorte somente os estudos que apresentassem a inclusão de universitários com deficiência segundo seus próprios depoimentos.

Dessa forma, foram selecionadas 28 produções científicas, sendo 22 dissertações e 6 teses, publicadas no período de 2005 a 2016 em Universidades Públicas e privadas, sendo a primeira, em maior número.

A leitura das 28 produções indicou 204 alunos com as seguintes deficiências: visual, física, auditiva, intelectual, múltiplas e transtorno do espectro autista. Os locais de realização das pesquisas, são, na maior parte, IES públicas (31), mas há também IES privadas (19).

As produções científicas indicaram ações dos professores que se referem a adaptações que acontecem dentro da sala de aula, que não necessitam de recursos financeiros ou grandes alterações curriculares, sendo essas adequadas à necessidade de cada aluno, assim como descritas a seguir:

Quadro 1 – Adaptações e acessibilidade durante a permanência

Ações realizadas por professores
Maior tempo para a entrega de trabalhos
Trabalhos e avaliações realizadas com adaptações
Flexibilização na correção das avaliações escritas, valorizando o conteúdo
Trabalhos ou atividades podem ser levados e realizados em casa
Adaptações metodológicas e didáticas durante as aulas
Disponibilização antecipada de material
Textos em material digital

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das teses e dissertações

Um tempo maior para a realização de trabalhos e avaliações é um dos meios para garantir que o aluno o faça respeitando suas necessidades. Tal como citado em sete dissertações, o aluno com deficiência visual pode precisar de mais tempo tanto pelo uso dos *softwares* leitores ou braile, assim como pessoas com deficiência intelectual que, segundo um dos estudos, necessitava de mais tempo para compreensão do conteúdo para construir um trabalho de qualidade.

As provas com intérprete de LIBRAS para pessoas com surdez e com leitor para pessoas com deficiência visual são citadas, mostrando que essa é uma adaptação realizada com frequência pelos professores, além da flexibilização da correção, valorizando o conteúdo no que se refere a alunos surdos e com deficiência intelectual.

Muitas vezes, como já citado anteriormente, a pessoa com deficiência intelectual

demanda um tempo maior para leitura e compreensão dos textos, assim, os professores autorizam a realização dessas leituras em suas residências, já que esses alunos precisam dispor de mais tempo para execução da proposta de trabalho.

As adaptações didáticas e metodológicas se referem às ações durante as aulas, como disponibilizar filmes com legendas para pessoas com surdez, ou com áudio em português para pessoas com deficiência visual, realizar descrições orais durante as explicações, utilizar figuras, dentre outros que atendam às necessidades do educando.

Os textos em material digital permitem que o aluno com deficiência visual não precise da transcrição, pois pode utilizar *software* leitor de tela. A antecipação do material permite que esse possa ser adequado ao aluno, bem como lido com antecedência, segundo a necessidade e o tempo de estudo de cada estudante.

2.1 AÇÕES REALIZADAS POR PROFESSORES: DEFICIÊNCIA VISUAL

Quadro 2– Ações realizadas por professores: Deficiência Visual

Ações realizadas por professores: Deficiência Visual
Adaptações metodológicas e didáticas durante as aulas
Disponibilização antecipada de material
Textos em material digital

Fonte: Elaborado pela autora a partir das teses e dissertações

Os estudos apontam para adaptações realizadas durante as aulas: o fato de os professores trazerem recursos táteis, tridimensionais e aumentarem a letra no quadro para que os alunos com baixa visão possam compreender, auxiliavam muito na compreensão não apenas do aluno com deficiência visual, mas também de toda a sala.

Relatam a experiência de um aluno, em que os professores levavam materiais concretos e procuravam descrever o que estavam explicando, citando o exemplo da professora das disciplinas de psicologia que levou um boneco para representar e explicar a Zona de Desenvolvimento Proximal.

Algumas adaptações destacadas durante as aulas, quando os professores realizavam aulas expositivas. Um dos exemplos que o autor trouxe se refere aos testes de Piaget que envolvem análise visual, com isso, os materiais do exame são adaptados com marcas em Braille

para que a aluna possa compreender e, posteriormente, realizá-lo sem auxílio.

Foi relatado também alguns professores perguntam para o aluno quais são suas necessidades e procuram atendê-las, modificando a aula e tornando-a didaticamente acessível para os alunos com deficiência visual.

As teses e dissertações, abordam adaptações realizadas pelos docentes durante as aulas e a confecção de materiais, concretos e tridimensionais, para a compreensão do conteúdo trabalhado.

A construção do conhecimento da pessoa com deficiência visual necessita de múltiplas experiências, que devem ser significadas e trabalhadas em seus diferentes aspectos, juntamente com representações concretas, bidimensionais e tridimensionais, vivenciadas concomitantemente ao conteúdo apresentado (BATISTA, 2014).

Assim como apontado pela autora, o aluno com deficiência visual no ensino superior precisa dessas adaptações e vivências para que possa significar e compreender o conteúdo. Os materiais que os professores trouxeram para a aula permitiram que o aluno com deficiência visual pudesse compreender e construir o conceito das disciplinas de maneira concreta, atendendo às suas necessidades específicas.

Pesquisas apontaram que por vezes os materiais das disciplinas são todos digitalizados e disponibilizados no início de cada semestre, o que facilita a leitura e o acesso ao conteúdo

Em outra IES os docentes disponibilizam o material digitalizado das disciplinas uma semana antes de ser utilizado em aula, o que permite que eles façam a leitura por meio de *software* no computador

Em IES que contam com o setor de transcrição de materiais na universidade para que seja digitalizado ou transcrito aos alunos, mostraram que alguns professores do curso enviam esses para que os alunos possam ter acesso com antecedência ao material para estudo.

Em universidades que contam com o sistema de pasta de textos da disciplina disponibilizada aos alunos, alguns professores inseriram todos os materiais no início do semestre, o que permite que sua digitalização seja realizada com antecedência à discussão e utilização em sala.

A adaptação metodológica durante as aulas, assim como a disponibilização dos materiais aos alunos é direito e faz parte das ações que promovem a permanência dos alunos com deficiência nas instituições, pois, assim como já citado, Brasil (2003) aponta que as IES devem disponibilizar recursos para transcrição de materiais. Para isso, os professores precisam disponibilizar os textos com antecedência ou digitalizá-los.

Além de ações para alunos com deficiência visual, as pesquisas fazem menção à

realização destas para alunos com deficiência intelectual, como apontado a seguir.

2.2 AÇÕES REALIZADAS POR PROFESSORES: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Quadro 3 – Ações realizadas por professores: Deficiência Intelectual

Ações realizadas por professores: Deficiência Intelectual
Maior tempo para a entrega de trabalhos
Trabalho e avaliações realizadas com adaptações
Flexibilização na correção das avaliações escritas, valorizando o conteúdo
Trabalhos ou atividades podem ser levados e realizados em casa

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das teses e dissertações

Dentre os estudos, um destacou que o aluno com síndrome de Down pode levar os trabalhos e as atividades para serem realizados em casa por necessitar de um tempo maior para a leitura do conteúdo e sua realização. Além disso, o aluno realizava a avaliação junto com a turma, mas posteriormente os professores perguntaram sobre as respostas da prova, valorizando o conteúdo oral e escrito.

Em outra situação descrita, o universitário com síndrome de Down precisava realizar a leitura do texto com auxílio de um leitor para sua compreensão. Dessa forma, os trabalhos e as atividades que são realizados em sala podem ser levados para casa. O aluno tem direito a mais tempo para realização das atividades, pois, para realizar a leitura, necessita de um período maior que os demais alunos. Nas avaliações, há flexibilização na correção, valorizando o conteúdo e não apenas as regras ortográficas do português. Com essas adaptações, foi possível que a aluna realizasse o trabalho e as avaliações segundo suas necessidades, permitindo que não o fizesse de maneira superficial.

Essas adaptações metodológicas foram essenciais para que os alunos com deficiência intelectual pudessem acompanhar as disciplinas e participar ativamente das aulas e avaliações. Os professores observaram as necessidades dos alunos, em consonância com o que apresenta Brasil (2008), no que se refere a flexibilizações e adaptações, que promovam a permanência e o desenvolvimento das atividades de ensino.

Os professores realizaram ações específicas aos alunos com deficiência visual, intelectual e surdez assim como disposto a seguir.

2.3 AÇÕES REALIZADAS POR PROFESSORES: SURDEZ/DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Quadro 4 – Ações realizadas por professores: Surdez/Deficiência Auditiva

Ações realizadas por professores: Surdez/Deficiência Auditiva
Adaptações metodológicas e didáticas durante as aulas
Disponibilização antecipada de material

Fonte: Elaborado pela autora a partir das teses e dissertações

Estudos apontaram para adaptações realizadas durante as aulas, como professores que procuram falar de frente para o aluno com surdez e buscavam levar recursos visuais, exibir gráficos na lousa, além de apresentar vídeos com legenda, o que propiciou que tivessem acesso ao conteúdo das disciplinas, como os demais estudantes.

Assim, é possível observar a importância de ações durante a aula que visem suprir a necessidade do aluno surdo, pois no planejamento da aula deve ser considerada a questão visual para o surdo. A exemplo disso, há a seleção de vídeos legendados ao invés de dublados, pois equivocadamente algumas pessoas pensam que a presença do intérprete resolveria o problema de ter um vídeo sem legendas, ou apenas a interpretação sem recursos visuais disponibilizados pelo professor.

Essas adaptações pedagógicas e metodológicas são importantes, de acordo com Brasil (2008), e precisam ser realizadas pelo professor de sala, para que o aluno surdo, por meio de recursos visuais, possa ter acesso ao conteúdo.

As pesquisas trazem a experiência de alunos do curso de pedagogia, em que alguns professores disponibilizavam todos os textos que seriam utilizados nas disciplinas em pastas, o que permitiu a leitura antecipada para que o aluno pudesse fazer releituras e estudar junto a outros colegas ou monitores.

Essas adaptações permitiram que os alunos com surdez ou deficiência auditiva pudessem ter acesso aos conteúdos com antecedência, pois os professores propiciaram flexibilização, respeitando suas necessidades, assim como Brasil (2003) destaca a importância do uso de recursos que compreendam suas especificidades.

As ações mencionadas podem ser realizadas pelos professores, permitindo que os educandos com deficiência possam ter acesso ao conteúdo e à acessibilidade, possibilitando sua

permanência na IES. Essas ainda estão em consonância com os documentos oficiais que apontam para a necessidade de adaptações arquitetônicas, comunicacionais, sistemas de informação, e materiais didáticos e pedagógicos, permitindo assim que esses alunos possam ter condições de acesso ao ensino superior.

3 CONCLUSÕES

Diante desse breve panorama, as teses e dissertações objeto desta pesquisa abordaram alunos com deficiência visual, surdez auditiva, física, intelectual, espectro autista e múltipla.

A presente pesquisa se alicerçou na quantidade de produções científicas ainda em número reduzido sobre a temática escolhida, permitindo descrever as práticas educativas encontradas pelos alunos durante o processo de permanência nas IES.

Nota-se o papel fundamental do professor em permitir acesso e acessibilidade, durante as aulas, ao disponibilizar material de leitura antecipado, ter uma didática apropriada com recursos visuais ou táteis, adaptar a avaliação e o tempo de entrega diferenciado, pois essas definem a participação efetiva do aluno com deficiência na universidade.

Diante disso, podemos inferir que as adaptações metodológicas ora citadas foram essenciais para que os alunos com deficiência pudessem acompanhar as disciplinas e participar ativamente das aulas e avaliações. Observa-se que grande parte das adaptações realizadas pelos professores são de baixo custo financeiro, não necessitam desse recurso e são adaptações simples.

Por meio da compreensão das necessidades específicas de cada aluno, os docentes observaram as necessidades dos alunos e permitiram, por meio do acesso e acessibilidade, ações que promovam a permanência e o desenvolvimento das atividades de ensino.

EDUCATIONAL PRACTICES THAT FAVORED THE INCLUSION OF UNIVERSITY STUDENTS WITH DISABILITIES: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in higher education has increased significantly, legal documents have pointed to the access and adaptations needed during the process of staying in Higher Education Institutions. The purpose of this article is to present the educational practices directed to university students with disabilities, according to the testimony of these students. A quantitative and qualitative bibliographical research was carried out, having as object of study 28 scientific productions. The theses and dissertations studied presented among the actions: More time for the submission of papers; works and evaluations carried out with adaptations, flexibility in the correction of written evaluations, valuing content; methodological and didactic adaptations during class; Works or activities can be carried out and carried out at home in advance of material and texts in digital material. These actions and practices of teachers allowed conditions for access to content and stay in Higher Education Institutions.

Keywords: Higher Education; Inclusion; Educational practices;

REFERÊNCIAS

BATISTA, C. G. Recursos para Alunos com Deficiência Visual em Situação Inclusiva – Considerações Teóricas e Práticas. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. (Org.). **A Escola e o Público-alvo da Educação Especial:** apontamentos atuais. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. Cap. 7. p. 105-122.

BRASIL, **Decreto n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1999c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência. **Diário Oficial da União:** Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF: 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL, Ministério da educação/Gabinete do Ministro. **Aviso Curricular nº 277**. Brasília: MEC/GM, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf> >. Acesso em: 01 set. 2015.

BRASIL, **Portaria n. 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União:** Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL, **Portaria n. 3.284**, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União:** Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2003. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf> >. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**: Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Seção 1. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Básica, Brasília, DF, 2001d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

COSTAS, F. T. Acesso, Acessibilidade e inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Superior. In: PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. (Orgs.). **Educação, Inclusão e acessibilidade**: diferentes contextos. Chapecó: Argos, 2014.
GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LEBEDEFF, T. B.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. M. Acessibilidade para a comunidade acadêmica surda da UFPel: memórias de uma experiência. In: PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. (Orgs.). **Educação, Inclusão e acessibilidade**: diferentes contextos. Chapecó: Argos, 2014. Cap 3. P. 73-102.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 11ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

Recebido em 15 de abril de 2020. Aprovado em 15 de setembro de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.